



GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):

Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação

Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades

Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social

Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

Quarenta anos contra uma outra história: ?demonização? e ?afetividade? no campo de batalhas carcerário brasileiro

Autoria: Fabio Magalhães Candotti (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

No dia 10 de fevereiro de 2020, em dezenas de bairros de Manaus, ouviram-se longas sequências de fogos de artifício. Embora a data marcasse 40 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), comemorava-se outro acontecimento: uma reconfiguração das alianças de coletivos do crime, com adesão quase total ao Comando Vermelho (CV). No mais importante presídio masculino da cidade, alguém discursava: ?Nós tinha tudo e acabamos praticamente com nada? Ninguém está ganhando nada com a guerra, ao contrário? Nem energia a gente tem, que é um direito nosso?. A fala expressa mais uma ?união? contra situações insuportáveis dentro das prisões brasileiras. Junto com os fogos, expõe, também, a centralidade do sistema carcerário para a história recente das cidades brasileiras. O work proposto retoma uma problematização histórico-antropológica sobre deslocamentos micropolíticos na ?transição? macropolítica da ditadura para a democracia no Brasil. Há dez anos, o intuito era entender como a emergência de um discurso em defesa da



?participação? dos ?trabalhadores? na política institucional, alicerces da fundação do PT, conectava-se à invenção de um novo inimigo das forças de repressão do estado: os ?bandidos? coletivamente ?organizados?. Invenção apoiada, desde o início, numa narrativa que traçou a genealogia do CV como filho da convivência entre ?presos políticos? e ?presos comuns? durante a ditadura. Em 1991, um preso contava outra história: que essa relação, muito mais antiga, foi rompida justamente pelos autodeclarados ?presos políticos? dos anos 1970; que o CV foi um nome criado, em 1979, pelo próprio sistema repressivo, carente de um inimigo que justificasse sua existência; que esse nome era parte de um processo de ?demonização? de presos, egressos e foragidos; enfim, que a união de ?presos comuns? era algo ?que não poderia ser destruído facilmente? pois sustentava-se na ?afetividade?. Agora, em 2020, com um representante da tortura carcerária e policial na presidência do país, este work propõe-se a levar a sério o autor dessa narrativa soterrada ? William da Silva Lima, falecido em 2019, aos 76 anos, cumprindo pena em regime aberto ? para ajudar a responder uma pergunta: o que acontece com a história do presente brasileiro quando colocamos o campo de batalhas carcerário e seus saberes como referencial? Apenas como hipótese, pretendo analisar a ?demonização? de ?bandidos? e a ?afetividade? carcerária como dois acontecimentos intimamente relacionados e cujas durações envolveram processos de intensificação progressiva. O primeiro atualizou uma gestão colonial da morte pelo agenciamento da distinção entre ?trabalhadores? e ?bandidos?. O segundo colaborou numa ampla problematização ética sobre ?respeito? e ?liberdade? que se situa na fronteira entre ?work? e ?crime?.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: